

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	27
INTRODUÇÃO	29

Parte I MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA Análise Comparativa

Capítulo I – A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS NA EUROPA E NA AMÉRICA DO SUL.....	37
---	----

1 A importância da integração regional	37
1.1 Blocos Econômicos: a União Europeia.....	42
1.1.1 CECA, Euratom, CEE	43
1.1.2 União Europeia.....	46
1.1.3 União Monetária.....	48
1.2 Blocos Econômicos Sul-Americanos: o Mercosul.....	51
1.2.1 Alalc, Aladi, acordo bilateral entre Brasil e Argentina	52
1.2.2 O Mercosul e a etapa de transição	58
1.2.3 Mercado comum e União Monetária: possibilidades Latino-Americanas ..	63
1.2.4 Mercosul: sobrevivência frente à Alca e à UNASUL.....	65

Capítulo II – CARACTERÍSTICAS DOS TRATADOS FUNDACIONAIS E ATOS DERIVADOS.....	69
--	----

2 União Europeia e Atos Fundacionais.....	69
2.1 União Europeia: Tratados Fundacionais	74
2.1.1 Natureza Jurídica	92
2.2 União Europeia e Principais Órgãos Institucionais	100
2.2.1 Órgãos Permanentes	101
2.2.2 Órgãos auxiliares	108
2.2.3 Órgãos Financeiros.....	109
2.2.4 Outras instituições	109

2.3	Mercosul: Instrumentos Fundacionais.....	111
2.3.1	Tratado de Assunção e Protocolo de Ouro Preto.....	112
2.3.2	Natureza Jurídica	115
2.3.3	Órgãos institucionais após o Protocolo de Ouro Preto	117
2.4	Conclusões sobre a Estrutura Atual do Mercosul.....	126
Parte II		
ORDENS JURÍDICAS DA UNIÃO EUROPEIA E DO MERCOSUL		
Enfoque dos Sistemas de Solução de Controvérsias na Ordem Jurídica Internacional		
Capítulo I – DISTINÇÃO ENTRE A ORDEM JURÍDICA DA UNIÃO EUROPEIA E A DO MERCOSUL.....		131
1	O Direito Comunitário Europeu (Direito da União Europeia)	131
1.1	Características do Direito Comunitário. Delegação de Competências Soberanas e Supranacionalidade.....	134
1.2	Características das Normas Comunitárias	143
1.2.1	Competência Exclusiva e Competência Concorrente.....	143
1.2.2	Princípios da Proporcionalidade e da Subsidiariedade.....	146
1.2.3	Princípios da primazia do Direito Comunitário, da Aplicabilidade Direta, do Efeito Direto e da Uniformidade na Interpretação e Aplicação das Normas Comunitárias.....	148
1.3	Fontes do Direito Comunitário	153
1.3.1	Fontes Primárias.....	154
1.3.2	Fontes Secundárias.....	154
1.3.2.1	Regulamentos.....	155
1.3.2.2	Diretivas.....	156
1.3.2.3	Decisões.....	157
1.3.2.4	Pareceres e recomendações	158
1.4	Direito da Integração no Mercosul	159
1.5	A Intergovernabilidade, Princípios da Reciprocidade e <i>Pacta Sunt Servanda</i>	161
1.6	Características das Normas do Mercosul: Ausência de Coercibilidade e Sanção?	166
1.7	Fontes do Mercosul	168
1.7.1	Fontes Primárias.....	171
1.7.2	Fontes Secundárias.....	171
1.7.3	Teorias Dualista e Monista.....	172
1.7.4	Dispositivos Constitucionais dos Estados-partes	181
 Capítulo II – SISTEMAS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS		191
2	Os Conflitos Judiciais na Ordem Jurídica Internacional	191
2.1	Tribunal de Justiça da União Europeia	194

2.1.2	Ações no TJUE.....	201
2.1.2.1	Recurso por anulação.....	202
2.1.2.2	Recurso por omissão.....	204
2.1.2.3	Ação por descumprimento	205
2.1.2.4	Reenvio prejudicial.....	207
2.1.3	Acesso dos Particulares e Obrigatoriedade das Decisões	209
2.2	Comunidade Andina	210
2.2.1	Características Gerais	211
2.2.2	Tribunal de Justiça da Comunidade Andina	213
2.3	Tribunal Arbitral do Mercosul	214
2.3.1	Solução de Controvérsias	216
2.3.2	Anexo ao Protocolo de Ouro Preto.....	216
2.3.3	Protocolo de Brasília	218
2.3.4	Acesso dos Particulares	221
2.3.4.1	Tribunal Administrativo Trabalhista do Mercosul	223
2.3.4.2	Protocolo de Olivos e o Tribunal Permanente de Revisão	225
2.4	Sistema de Solução de Controvérsias na OMC.....	230
2.4.1	Características da OMC.....	231
2.4.2	Sistema de solução de controvérsias.....	233
2.5	Solução de Controvérsias no Nafta	242
2.5.1	Características Gerais	242
2.5.2	Âmbito de aplicação	244
2.5.3	Mecanismos previstos nos capítulos XIX e XX do Tratado Nafta	245

Capítulo III – ARBITRAGEM NO MERCOSUL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS251

3	Análise dos Laudos Arbitrais Proferidos pelo Tribunal Arbitral do MERCOSUL – Protocolo de Brasília	252
3.1	Laudo Arbitral proferido em 28.04.1999, em Montevidéu, Uruguai	253
3.2	Laudo Arbitral proferido em 27.09.1999, em Assunção, Paraguai	255
3.3	Laudo Arbitral proferido em 10.03.2000 em Colonia, Uruguai	257
3.4	Laudo Arbitral proferido em 21.05.2001, na cidade de Montevidéu, Uruguai	259
3.5	Laudo Arbitral proferido em 29.09.2001, na cidade de Assunção, Paraguai	262
3.6	Laudo Arbitral proferido em 09.01.2002, na cidade de Montevidéu, Uruguai	268
3.7	Laudo Arbitral proferido em 22.04.2002, na cidade de Assunção, Paraguai	270
3.8	Laudo Arbitral proferido em 21.05.2002, na cidade de São Paulo, Brasil	271
3.9	Laudo Arbitral proferido em 04.04.2003, na cidade de Montevidéu, Uruguai	273
3.10	Laudo Arbitral, proferido em 05.08.2005, na cidade de Montevidéu, Uruguai	274
3.11	Laudo Arbitral, Tribunal Permanente de Revisão, proferido em 25.10.2005.....	276
3.12	Laudo Arbitral, Tribunal Permanente de Revisão, proferido em 06.09.2006.....	280
3.13	Laudo Arbitral, Tribunal Permanente de Revisão, proferido em 03.05.2007.....	285
3.14	Laudo Arbitral, Tribunal Permanente de Revisão, proferido em 28.04.2008.....	286

3.15 Opiniões Consultivas Mercosul.....	287
3.15.1 Opinião Consultiva 01 do Tribunal Permanente de Revisão (01/2007) ...	288
3.15.2 Opinião Consultiva 02 do Tribunal Permanente de Revisão (01/2008) ...	289
3.15.3 Opinião Consultiva 03 do Tribunal Permanente de Revisão (01/2009) ...	290
3.16 Perspectivas do Mercosul.....	290
3.16.1 Tribunal <i>ad hoc</i>	291
3.16.2 Tribunal Intérprete Internacional	292
3.16.3 Tribunal Internacional Permanente	298
3.16.3.1 A Corte Internacional de Justiça como paradigma	299
3.16.3.2 Viabilidade de um tribunal permanente no Mercosul.....	302
3.16.4 Tribunal Supranacional e o estágio atual do Mercosul.....	304
CONCLUSÕES.....	307
ANEXOS	313
REFERÊNCIAS.....	319
ÍNDICE ALFABÉTICO.....	325